

Estudo Técnico Preliminar 68/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 59004.001974/2024-07

2. Descrição da necessidade

2.1 Contratação de serviços apoio administrativo gráfico

2.2 A **SUDAM** conta com uma gráfica de pequeno porte que tem a capacidade de produzir publicações e material de divulgação de baixas tiragens, assim como encadernação e alguns acabamentos gráficos e reprográficos. Esta gráfica atende também ao expediente reprográfico da unidade. São exemplos de produção materiais: impressão e reprodução de documentos, capas de livros, boletim interno, informativos, crachás, cartazes, certificados, cartão de visitas, livros e capas, tabelas e gráficos, em preto e branco e seleção de cores e publicações institucionais.

2.3 O Setor Gráfico e Reprográfico da SUDAM é a unidade administrativa responsável pela edição/confecção dos produtos gráficos da Instituição como livros, folders, cartazes, banners, convites, revistas, etc. A unidade é responsável, ainda, pelo apoio das ações da ASCOM na realização dos mais diversos trabalhos e publicações. Agregam-se os serviços de impressão e reprodução, bem como a confecção de material como: envelopes, formulários, capa de processo, jornais, certificados, cartazes, folders, coleção, realizar impressão e reprodução de documentos, capas de livros, boletim interno, informativos, crachás, cartazes, certificados, cartão de visitas, livros e capas, tabelas e gráficos, em preto e branco e seleção de cores outros.

2.4 Grampeamento e encadernação, brochura, canoada, com espiral e capa plástica de livros, Wire-o, *cola quente* (HotMelt), plastificação e laminação de documentos, placas informativas, cortes de papéis e acabamento em geral.

2.5 Para que possa executar esse trabalho com qualidade e profissionalismo, o setor necessita de profissionais técnicos especializados, o que justifica a nova contratação, uma vez que a SUDAM não oferece para o seu quadro de pessoal cargos compatíveis com as atribuições necessárias ao desenvolvimento dos trabalhos executados.

2.7 É importante ressaltar que as atividades desenvolvidas pelo setor gráfico/reprográfico não são mensuráveis e demandam a atuação permanente deste tipo de profissional, motivo pelo qual é de natureza contínua, ou seja, por postos de trabalho a presente contratação.

2.8 Esses profissionais operacionalizarão os equipamentos do setor gráfico/reprográfico objetivando atender as demandas internas e externas. A produção gráfica ocorre como uma linha de montagem com cada profissional utilizando um determinado equipamento, produzindo de forma seriada e assim reduzindo o tempo de confecção. Ou seja, a pluralidade de mão obra especializada é essencial na composição de cada um dos produtos e na operação dos maquinários do parque gráfico.

2.9 E a inserção destes postos somados a força de trabalho permitirão alcançar os objetivos da unidade quanto ao atendimento das demandas internas e externas do Órgão.

2.10 O resultado pretendido é manter, de forma rápida, econômica e contínua, os serviços de reprografia, encadernação e acabamento de serviços gráficos das unidades administrativas da autarquia, e também em apoio aos impressos executados pelo uso de tecnologia digital. Por conseguinte, a contratação em tela proporcionará economia, pois os custos da remuneração de servidores são maiores que os salários dos profissionais.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
CGEA/SETOR GRÁFICO	WALDEMAR OLIVEIRA FIGUEIREDO

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Requisitos Básicos:

4.1 . Os serviços objeto desta contratação são de natureza continuada e enquadram-se como serviço comum, para os fins do disposto no XIII, art. 6º da Lei nº 14.133/2021:

"XIII – **bens e serviços comuns**: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado"

4.2 Os serviços serão realizados nas dependências da Sudam pelo postos de serviços que serão contratados, especificamente, no setor gráfico da autarquia.

4.3 Para a conclusão da contratação analisada pelo presente Estudo, a empresa a ser contratada deverá preencher todos os requisitos de habilitação que sejam exigidos no edital licitatório e extraídos do art. 62 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, além de formular proposta comercial adequada às especificações do objeto licitado, conforme o modelo padronizado a ser disponibilizado pela Sudam e em observância ao valor definido como o máximo para a contratação pretendida, de acordo com os valores apurados na pesquisa de preços elaborada com base no art. 23, § 1º da Lei nº 14.133/2021 e na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021.

4.4 Quanto aos requisitos de habilitação, a empresa deverá observar as exigências gerais a seguir dispostas, sem prejuízo do detalhamento a ser feito no edital licitatório.

a) Para a habilitação jurídica, deverão ser colacionados documentos com validade atual que demonstrem a modalidade de pessoa jurídica, sua constituição, seu registro nos órgãos competentes, seus administradores e sua operacionalidade regular.

b) Para a habilitação fiscal, social e trabalhista, deverão ser colacionados documentos com validade atual que demonstrem a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, bem como as regularidades perante as pertinentes Fazendas Nacional, Estadual/Distrital e Municipal, perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e perante a Justiça do Trabalho. Para as microempresas e empresas de pequeno porte, a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista deverá observar o disposto nos arts. 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/2006 e no art. 4º do Decreto nº 8.538/2015.

c) Para a habilitação econômico-financeira, deverão ser colacionados documentos com validade atual que demonstrem a inexistência de processos falimentares na sede da empresa.

d) Para a habilitação técnica, deverão ser colacionados documentos com validade atual que demonstrem a pertinente qualificação técnica da empresa, bem como o atendimento às exigências relevantes ao cumprimento adequado das obrigações contratuais.

d.1 Para a demonstração da qualificação técnico-operacional, a empresa deverá apresentar documento comprobatório da experiência de execução de atividades análogas às abrangidas pelo objeto da contratação ora analisada.

4.5 Quando da apresentação de proposta, será exigida planilha de custos e formação de preços, conforme anexo VII-D da Instrução Normativa nº 05/2017 – SEGES/MPDG, em formato eletrônico editável, que permita a verificação dos cálculos.

4.6 Não há exigência de manutenção de sede, filial ou escritório de representação na Região Metropolitana de Belém, Contudo, a contratada deverá contar com capacidade operacional para receber e solucionar qualquer demanda da autarquia, inclusive reposição imediata de profissionais ausentes, bem como realizados os procedimentos pertinentes à seleção, treinamento, admissão e demissão dos empregados.

4.7 Por haver necessidade de reposição de mão de obra durante o período de férias, a rubrica referente a este período deverá ser considerada na elaboração da planilha de composição de custos.

4.8 Nos termos do art. 17, inciso XII, da Lei Complementar nº 123/2006, a execução do objeto pretendido não poderá ser realizada por empresa optante pelo Simples Nacional. Contudo, tal condição não constitui óbice à participação de empresas optantes pelo regime simplificado, desde que a proposta de preços seja elaborada sem a utilização de benefícios do regime tributário diferenciado e a empresa comprove o desenquadramento no prazo previsto pela Administração.

4.9 Quando da elaboração da planilha de composição de custos, a proponente deverá apresentar as justificativas para as estimativas que realizar e o custos que orçar, inclusive quando se tratar de tributos, desde que não oponha à disposição expressa da Sudam.

4.10 Os serviços serão recebidos provisoriamente pela Sudam em até 10 (dez) dias, após sua integral execução, e avaliado por meio de Instrumento de Medição de Resultados para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações

quantitativas e qualitativas constantes no Termo de Referência e na proposta comercial, e, definitivamente, em até 10 (dez) dias, contados do término do prazo de recebimento provisório, em que será confirmada, ou não, a aceitação da solução mediante atesto.

4.11 - Sicaf ou documentos equivalentes - Certidão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) - Certidão do Portal da Transparência - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (TST) - Balanço patrimonial e DRE - Declaração de contratos firmados - Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial - Índices de Liquidez (LG, LC, SG) superiores a 1 - Capital circulante líquido maior ou igual a 16,66% do valor proposto - PL maior, ou igual a 10% do valor da proposta - PL maior, ou igual a 1/12 do valor total de contratos firmados.

4.12 Por derradeiro, em vista dos encargos trabalhistas, previdenciários e outros a que estará obrigada, a futura Contratada deverá prestar garantia no equivalente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, que servirá para o pagamento de prejuízos advindos do não cumprimento do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas; para reparar prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo da Contratada durante a execução do contrato; e para o pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS não adimplidas pela Contratada.

Requisitos Específicos:

4.13 Atestado de capacidade técnico-operacional - Experiência mínima de 3 (três) anos em serviços terceirizados

4.14 Resultados esperados

4.14.1 Como corolários do resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública (art. 11, inciso I da Lei nº 14.133/2021), os seguintes resultados são esperados da cessão de mão de obra com dedicação exclusiva:

- a) Atender as demandas encaminhadas pela Assessoria de Comunicação;
- b) Auxiliar no desenvolvimento de projetos relacionados a divulgação da marca institucional;
- c) Redução do tempo de elaboração e edição de materiais e mídias;
- d) Maior agilidade na finalização de projetos e materiais ;
- e) Aumento na qualidade dos produtos gráficos e reprográficos disponibilizados ao público interno e externo;
- f) composição, impressão e montagem de textos e gravuras com maior rapidez

4.15 Demais requisitos necessários para o atendimento da demanda:

- a) O serviço é considerado contínuo porque visa atender à necessidade pública de forma permanente e contínua por mais de um exercício financeiro, não sendo possível o atendimento sob demanda.
- b) O serviço deverá ser prestado com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, ou seja, para sua execução será exigido que os empregados da empresa contratada fiquem à disposição da contratante em suas dependências e que não atuem em outros contratos firmados pela contratada;
 - b.1. A contratação deverá ser realizada junto a empresa especializada na cessão de mão de obra, vez que o suporte administrativo será provido mediante alocação de posto de trabalho.
- c) A unidade de medida a ser adotada para mensuração e pagamento é o quantitativo de posto de trabalho, devido a diversidade, complexidade e continuidade dos serviços técnicos que são realizados.
- d) Contratação com dedicação exclusiva de mão de obra. A classificação do profissional está incluída no Código Brasileiro de Ocupações (CBO) código **CBO 3713**;
- e) Os profissionais deverão cumprir carga horária mínima de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, de segunda a sexta-feira, apresentando-se nesta Sudam . A execução do trabalho deverá ser compreendida entre às 07 horas e 18 horas, de acordo com as necessidades da Autarquia.;
- f) será exigido comprovação de experiência prática na área de, no mínimo, 3 (três) anos), podendo ser o somatório de estágio realizados e contratos formalizados no posto de trabalho desejado.
- g) adota-se a unidade de medida do "posto de trabalho" por inviável a adoção de outra unidade de medida; justifica-se devido à natureza preponderantemente qualitativa da prestação de serviço em desfavor de critérios de produção mensuráveis quantitativamente.

4.16 Consórcio: Tendo em vista o valor da contratação, a baixa complexidade do objeto e o ramo de mercado a atender a demanda, não será admitido a participação de consórcio na presente contratação.

4.17 Cooperativa: Vedada a participação em razão do vínculo de subordinação entre o trabalhador e o fornecedor de serviços, enquadrando-se os serviços no Termo de conciliação assinado pelo MPT - MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO E A AGU - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO.

4.18 Prazo de Vigência: Prazo de 36 (trinta e seis) meses, prorrogável na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.19 Subcontratação: Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.20 Vistoria: Não há necessidade de realização de vistoria prévia no local de execução dos serviços.

5. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1 Os serviços referenciados neste artefato, dadas as suas características, enquadram-se no conceito de serviços comuns, conforme definido no inciso XIII do art. 6º da Lei nº 14.133/2021.

5.2 Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21.09.2018, constituindo-se em atividades materiais, acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

5.3A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

6. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

6.1 A contratação dos serviços será realizada mediante licitação na modalidade de PREGÃO, em sua forma eletrônica, no do tipo menor preço, nos termos do inciso XLI, art 6º e art. 29 da Lei 14.133/2021:

art. 6º [...]

XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;

[...]

art. 29. A concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 desta Lei, adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado. (grifo nosso)

6.2 No tocante a vigência do contrato, a unidade demandante pretende que a futura contratação tenha vigência inicial de 36 (trinta e seis) meses. Vejamos o que diz a Lei nº 14.133/2021 ao tratar da duração dos contratos:

Art. 106. A Administração poderá celebrar contratos com prazo de até 5 (cinco) anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos, observadas as seguintes diretrizes:

I - a autoridade competente do órgão ou entidade contratante deverá atestar a maior vantagem econômica vislumbrada em razão da contratação plurianual;

II - a Administração deverá atestar, no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção;

III - a Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

6.3 Vê-se que o inciso I do art. 106 da Lei nº 14.133/2021 estabelece que deve ser atestada pela autoridade competente do órgão contratante que a fixação de prazo maior de vigência para a contratação trará consigo maior vantagem econômica.

6.4 Essa unidade demandante justificou a pretensão da vigência de 36 meses, para possibilitar a minimização da carga de trabalho anual relacionada com o processo de contratação/prorrogação contratual, vislumbrado assim, vantagem econômica mencionada na Lei, uma vez que há redução dos custos administrativos e trâmites internos.

6.5 Outro ponto a se ponderar é que tomando por base um prazo de 36 meses, há maior vantajosidade em integração com a equipe a ser contratada com o ambiente de trabalho, além de maior comprometimento com as tarefas a ser desempenhadas, por fim, e não menos importante, destaca-se que o prazo de 36 meses está alinhado com a contratação anterior do design de mídia.

MAPA DE RISCOS

6.6 O gerenciamento de riscos permite ações contínuas de planejamento, organização e controle dos recursos relacionados aos riscos que possam comprometer o sucesso da contratação, da execução do objeto e da gestão contratual. Os riscos analisados foram organizados em duas categorias.

6.7 O Mapa de Gerenciamento de Riscos deve conter a identificação e a análise dos principais riscos, consistindo na compreensão da natureza e determinação do nível de risco, que corresponde à combinação do impacto e de suas probabilidades que possam comprometer a efetividade da contratação.

6.8 Para cada risco identificado, define-se: a probabilidade de ocorrência dos eventos, os possíveis danos potenciais, as possíveis ações preventivas e contingências, bem como a identificação de responsáveis por ação.

7. DESCRIÇÕES DAS ATIVIDADES DOS POSTOS

7.1 Serviço que deverão ser realizados pelo posto de Técnico em Artes Gráficas (faixa A) : CBO 3713 –

7.1.1 Requisitos: experiência profissional comprovada em carteira em execução de serviços relacionados à função ou curso técnico em artes gráficas, curso de informática básico e avançado.

7.2. Serviços que deverão ser realizados pelo posto de Técnico em Artes Gráficas (faixa A) - 01 (um):

7.2.1 Requisitos: serviços relacionados à função ou curso técnico conhecimentos básicos de informática (sistema operacional CorelDraw, CorelPhoto-Paint, InDesign CS, Photoshop, Windows, planilhas Excel, Editor de texto Word e editor de apresentações PowerPoint, etc);

7.2.2 Serviços básicos que deverão ser realizados:

a) Preparar e produzir artes-finais com domínio sistema operacional CorelDraw, CorelPhoto-Paint, InDesign CS, Photoshop, Windows, planilhas Excel, editor de texto Word e editor de apresentações PowerPoint, etc);

b) Serviço a serem executados: diagramação eletrônica, “lay-out”, editoração de textos, tabelas, gráficos manuais e livros técnicos, editoração de formulários, e reprodução em papel vegetal e laser filme, etc.;

c) Serviços de Montagem de fotolito em preto e branco e seleção de cores, gravação de fotolito em chapa de alumínio e revelação de chapas de livros técnicos e capas, revistas, envelopes, capa de processo, agenda, formulários e etc;

d) Executar acabamento de impressos envelopes, formulários, capa de processo, jornais, certificados, cartazes, folderes, coleção, grampeamento e encadernação, brochura, canoada, com espiral e capa plástica de livros, Wire-o, Cola quente (**HotMelt**), **Plastificação e Laminação de Documentos, placas Informativas**, cortes de papéis e acabamentos em geral;

e) Executar outras atividades relativas à impressão e reprodução de cópia reprográfica;

f) Máquinas copiadoras realizar impressão e reprodução de documentos, capas de livros, boletim interno, informativos, crachás, cartazes, certificados, cartão de visitas, livros e capas, tabelas e gráficos, em preto e branco e seleção de cores outros;

g) Serviços de amolar lâminas de cutelos elétricos (Guarani e Catu h-82);

h) Substituir suprimentos reprográfico e gráfico;

i) Limpar equipamentos reprográfico e gráfico;

j) Lubrificar equipamentos.

- l) conceber e maquetizar objectos gráficos bi e tridimensionais utilizando meios electrónicos e manuais.
- m) criar imagens, gráficos, ilustrações e animações, utilizando meios manuais e informáticos, para determinado fim e/ou tipo de impressão;
- n) efectuar o tratamento de textos relativamente à sua forma e conteúdo, utilizando programas informáticos específicos;
- o) efectuar o tratamento de imagens, relativamente à sua cor e forma, utilizando programas informáticos específicos;
- p) compor a estrutura das páginas, utilizando programas de informática específicos;
- q) executar provas de baixa e alta resolução, utilizando meios electrónicos, a fim de verificar a sua conformidade com os objectivos pretendidos;
- r) efectuar o registo da composição gráfica, em película e em chapa, com vista à sua posterior impressão, utilizando meios electrónicos;
- s) controlar o envio das páginas para uma unidade de saída, de acordo com as indicações recebidas com vista a preparar a impressão;
- t) imprimir diversos trabalhos Gráficos a uma ou mais cores directas, e também, trabalhos em quadricromia e hexacromia, nas diferentes tecnologias de impressão.
- u) controlar e ajustar a qualidade dos trabalhos obtidos nas diversas tecnologias de impressão;
- v) conhecer e aplicar regras de segurança e ambiente numa oficina gráfica.

7.3 Diante do rol de atividades e do pequeno quadro de servidores somado que na administração federal o posto de serviço em categoria arte gráfica foi extinto entendemos que os serviços são passíveis de terceirização. E diante da experiência dos últimos anos a necessidade se materializa em dois postos categorizados

7.4 O objeto a ser licitado, pela seu impacto institucional e com base nas justificativas acima mencionadas, possui natureza continuada, podendo ser prorrogável, não havendo necessidade de prorrogação contratual para além da vigência comum de doze meses prevista na nova lei de licitações

7.5 Assim, A prestação do serviço possui natureza continuada, pois a SUDAM não dispõe de recursos humanos ideal para o atendimento desses serviços, visto que essas funções foram extintas. Assim, para preenchimento da lacuna e atendimento da demanda instalada, torna-se necessária a terceirização dos serviços que com os servidores do setor gráfico poderão atender as demandas internas e externas.

7.6A contratação esta autorizada através do Decreto nº 9.507, de 21.09.2018, e art. 7º da Instrução Normativa nº 05/2017, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

7.8 Ressaltamos que o contrato atual de prestação destes serviços expira a vigência no dia 16/01/2025, e apesar de estar no primeiro ano a empresa informou que não deseja prorrogar..

7.9 A Contratação está alinhada ao planejamento da CGEA/CGALC materializado na previsão no Plano de Contratações Anual (2024), contudo foi adicionado mais um posto em razão do aumento dos serviços e aposentadora de servidor deste setor.

8. QUANTITATIVO E CARGA HORÁRIA

8.1A proposição envolve 03 (três) postos de serviços de Apoio Administrativo: Técnico em Artes Gráficas de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, conforme abaixo descrito:

Posto de Técnico em Artes Gráficas – Categoria (A)

9. DO PRAZO DE DURAÇÃO INICIAL DO CONTRATO

9.1 A prestação dos serviços é de natureza continuada, desta forma, o prazo de vigência da contratação será de 36 meses, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2 A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
 - b. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
 - c. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
 - d. Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
 - e. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.
2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
 3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
 4. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos, ou eliminados como condição para a renovação.

9.3 O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

9.5 justificativa para adoção do prazo de 36 meses

a) Quanto ao prazo de vigência da contratação ser de 36 (trinta e seis) meses, prorrogável até o limite de 10 (dez) anos. Esclarece-se que um período de vigência contratual ampliado contribui para que a contratação em tela possa ser considerada mais atrativa pelo mercado por meio de uma maior diluição dos custos, o que pode, inclusive, ter impactos sobre o preço final proposto pela licitante vencedora do certame, favorecendo a Administração em termos de economicidade e ampliação da competitividade. Seguindo esta lógica, a jurisprudência deste Tribunal sustenta a possibilidade da fixação do prazo de vigência estendido com a finalidade de obter preços e condições mais vantajosos para a Administração, como o Acórdão 3.320/2013-Segunda Câmara:

“O prazo de vigência de contratos de serviços contínuos deve ser estabelecido considerando-se as circunstâncias de forma objetiva, fazendo-se registrar no processo próprio o modo como interferem na decisão e quais suas consequências. Tal registro é especialmente importante quando se fizer necessário prazo inicial superior aos doze meses entendidos como regra pelo TCU. Há necessidade de se demonstrar o benefício decorrente do prazo estabelecido (Acórdão 3320/2013-Segunda Câmara).”

b) O princípio da competitividade é a essência da licitação. Em suma, o princípio da competitividade, de um lado, exige que se verifique a possibilidade de se ter um número ampliado de interessados que possam atender e fornecer o que a Administração Pública necessita. Portanto, a competição é exatamente a razão determinante do procedimento. Com um número maior de licitantes participando do evento licitatório, mais fácil será à Administração Pública encontrar a melhor oferta. É verdade que muitas vezes temos dificuldades para julgar a satisfação desse item

editálio, porque a interpretação literal da legislação nos distancia do interesse público. Tais problemas de ordem prática deverão ser resolvidos com a aplicação do princípio da competitividade como o buscado com o alongamento da vigência do contrato.

c) Determina a regra de que nenhuma contratação poderá ter prazo de vigência que ultrapasse o crédito orçamentário a que se vincular. A disciplina adotada se relaciona com questões orçamentárias. Devemos considerar que os serviços são imprescindíveis à execução diária das atividades e que são prestações auxiliares e necessárias à Administração no desempenho de suas funções. Tais serviços, se paralisados, podem por em risco a continuidade das atividades realizadas pelo setor gráfico. Dessa forma, a Lei nº 14.133/2021, possibilita que os contratos de prestações contínuas tenham sua vigência prorrogada por períodos iguais e sucessivos até o limite de 10 (dez) anos.

d) A doutrina compreende que os ajustes que tenham como objeto serviços de execução continuada podem ser celebrados com prazo de vigência superior a 12 (doze) meses, o mesmo se aplicando às eventuais prorrogações, respeitado o limite legal máximo. A Orientação Normativa nº 38/2011 da AGU: “*Nos contratos de prestação de serviços de natureza continuada deve-se observar que: a) o prazo de vigência originário, de regra, é de até 12 meses; b) **excepcionalmente, este prazo poderá ser fixado por período superior a 12 meses nos casos em que, diante da peculiaridade e/ou complexidade do objeto, fique tecnicamente demonstrado o benefício advindo para a Administração;** e c) é juridicamente possível a prorrogação do contrato por prazo diverso do contratado originariamente*”.

e) a redução de servidores da gráfica implica que diversas etapas que eram realizadas anteriormente serão concentradas para um servidor. Esta contratação por período superior a 12 meses contribui para a racionalização e otimização de custos à medida que evitam as formalidades de prorrogação que geram custos de instrução processual que poderão ser reduzidas: pareceres técnicos e jurídicos, atos da Dicol, etc. A desnecessidade de encaminhamento anual dos autos à análise da consultoria jurídica por força da aprovação do termo aditivo.

f) o posicionamento adotado também pelo Tribunal de Contas da União, conforme se observa da leitura de trechos dos Votos proferidos nos Acórdãos nº 1.214/2013 – Plenário e nº 3.320/2013 – 2ª Câmara, de relatoria dos Ministros Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro, respectivamente, já destacados pela CONJUR/SG, e que abaixo transcrevemos:

ACÓRDÃO Nº 1.214/2013 – PLENÁRIO Voto: (...) 91. Considerando que a legislação não determina expressamente que esse tipo de contrato deve ter prazo inicial de vigência de 12 meses, levando em conta os aspectos mencionados nos parágrafos anteriores, entendo que não se deva fixar uma orientação geral de que a administração deve ou não fazer contratos para prestação de serviços continuados com prazo de 12, 24 ou 60 meses. É uma avaliação que deve ser feita a cada caso concreto, tendo em conta as características específicas daquela contratação. **Cabe à administração justificar no procedimento administrativo o porquê da escolha de um ou outro prazo, levando-se em conta os aspectos aqui discutidos e outros porventura pertinentes para aquele tipo de serviço.** (grifos nossos)

g) Além disso, um período de 36 meses permite selecionar empresa que ficará esse período evitando o que ocorreu no último houve a seleção, mas em razão de que os valores são baixos para manter a prestação a contratada evita a prorrogação. Este prazo permitirá selecionar empresa que elabore o custo para o período de 36 meses o que é vantajoso para Sudam em razão de que contará com os serviços.

10. SUBCONTRATAÇÃO

10.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

11. REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS CONTRATADOS

11.1 Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação do contratado

11.2 O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado :

A) Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

B) Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.

11.3 Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

11.3.1 Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela apostilada.

11.4 A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços. (art. 135, § 4º, da Lei n.º 14.133/2021).

11.5 Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias. (art. 135, § 5º, da Lei n.º 14.133/2021)

11.6 É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

11.7 Na repactuação, o contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade. (art. 135, §§ 1º e 2º, da Lei n.º 14.133/2021)

11.8 Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.

11.8.1 A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

3. Quando a repactuação solicitada pelo contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento IPCA/IBGE, com base na seguinte fórmula :

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;

I^0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento

11.10 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

11.11 Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.

11.12 Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

11.13 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo

11.14 Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

11.15 Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

11.16 Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

11.17 Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

11.18 O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão

11.19 Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao contratante ou

ao contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

11.20 A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

11.21 O contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até 60 (SESSENTA) dias , contado da data do fornecimento, pelo contratado, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados. (art. 92, § 6º, c/c o art. 135, § 6[A3] °)

11.22 O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto o contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo contratante para a comprovação da variação dos custos.

11.23 A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.

11.24 As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.25 O contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

11.26 A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do presente Contrato, desde que comprovada pelo contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.

11.27 A revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por apostilamento.

12. Levantamento de Mercado

12.1 No levantamento de mercado se verificou que existem diversas empresas que trabalham com a terceirização de postos de serviços, portanto do ponto de vista da concorrência não se verificou obstáculos na busca da contratação.

12.2 Após uma busca por soluções que pudessem atender a demanda para contratação deste tipo de serviço, a equipe de contratação entende que a contratação de postos de serviços Postos com dedicação exclusiva de mão-de-obra é a mais adequada, pois nessa modalidade, os empregados da contratada são alocados para trabalhar continuamente nas dependências do órgão, com dedicação exclusiva. A execução dos serviços segue uma rotina específica estabelecida e supervisionada pelo órgão ou entidade.

12.3 E em razão de que os trabalhos produzidos pelo setor são enquadrados como artes gráficas, a inclusão destes profissionais atende melhor o interesse público.

13. Descrição da solução como um todo

Contratação de empresa especializada na prestação contínua de serviços de apoio administrativo (serviços auxiliares à Administração), mediante terceirização de mão de obra, compreendendo o cargo de profissional especializado em Técnico em artes gráficas.

14. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A licitação deverá ser dividida em um único item para contratação de três postos de serviços com a indicação do tipo de profissional a ser contratado e sua CBO.

15. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 132.240,00

15.1 Os serviços que exigem dedicação de mão de obra serão contratados, estabelecendo-se como unidade de medida o preço por posto de trabalho, calculando-se conforme a planilha de custos e formação de preços.

15.2 No caso desta contratação o valor será pesquisado por este setor junto ao mercado, contudo utilizando o fator k que é corresponde à razão entre o preço mensal do posto ou do homem-mês e o valor de sua remuneração.

15.3 Ficou estabelecido que, no âmbito do MPU, os seus valores devem situar-se nas faixas de 3,0 a 3,5 nos contratos de limpeza /conservação e de 2,5 a 2,7 nos demais (Ofício Circular AUDIN/MPU n.º 11/2006, de 15.09.06). A faixa mais elevada dos primeiros se deve à inclusão, no custo de cada servente, do valor dos materiais utilizados na limpeza .- (Acórdão TCU 2646/2007 – Plenário).

15.4 A Norma de Pesquisa de Preço SUDAM (SEI 0562321), Processo 59004.000900/2022-83, no art 18 traz informa que o fator k deve ser observado:

15.4 Deste modo, podemos projetar que os custos máximos paras as categorias ficariam:

K= valor do posto/ salário do trabalhador

Salário Técnico em Artes Gráficas categoria A = R\$2.491,000

Valor Salário mínimo = R\$ 1.412,00

Valor do Posto= Salário + insalubridade (20 % do salário mínimo) = 2491+ 1421*20 %=2.491+282,40= R\$ 2.773,40

Valor mínimo pelo fator K = R\$R\$ 2.773,40 x 2,5 = R\$ 6.933,50

Valor Máximo pelo fator k= R\$ 2.773,40 x 2,7 = 7.488,18

15.5 Frisa-se que a categoria está com dissídio pendente desde 2018. E o valor de um do posto pago pela Sudam pelo atual contrato é de R\$ 10.833,32 para dois postos e unitário de R\$ 5.416,66.

15.6 No caso a Sudam deverá ter uma despesa projetaando-se pelo fator K :

- pelo menor valor do coeficiente K de R\$ 6.993,50 x 3 postos x 12 meses= R\$ 249.606,00

PROJEÇÃO DO VALOR DAS HORAS EXTRAS

Piso da categoria/Salário	R\$ 2491,00
Adicional de insalubridade CCT 20 % do salário mínimo	
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE	R\$ 282,40

Valor da Remuneração	R\$ 2.773,422
DIVISOR	220
Valor da Hora	R\$ 12,606

CLÁUSULA NONA - HORAS EXTRAS CCT

VALOR DA HORA 50% DIA ÚTIL
VALOR DA HORA 100% DIA ÚTIL
VALOR DA HORA 150% SÁBADO/
VALOR DA HORA DOMINGO/FERIADO

15.7 Estima-se o valor mensal de R\$ 1.800,00 e R\$ 21.600,00/Ano para pagamento de horas extras na hipótese de ocorra necessidade.

15.8 Assim, o custo estimado anual será de R\$ R\$ 249.606,00 mais R\$ 21.600,00, totalizando o valor global de R\$271.206,00 que a partir da pesquisa de preço será determinada com exatidão.

16. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Após a aferição das necessidades dos serviços de apoio administrativo se chegou a conclusão que objeto da contratação trata de um único item sendo assim o parcelamento do objeto não será aplicado uma vez que os serviços são intrinsecamente relacionados.

17. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Informamos que não existem contratações correlatas ou interdependentes

18. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação pretendida encontra-se alinhada com o Plano Anual de Contratações de bens, serviços, obras e soluções de tecnologia da informação e comunicações da Sudam e contribui para com os objetivos estratégicos traçados nos instrumentos de planejamento uma vez que produz diversos trabalhos produzidos pela Sudam e atende as demandas internas.

19. Benefícios a serem alcançados com a contratação

19.1. Atender as diferentes áreas relativas a publicações, reproduções, e etc. uma vez que há uma crescente demanda de materiais gráficos e de publicações, divulgações e eventos direcionados;

19.2. A execução de serviços gráficos é considerada indispensável para o bom funcionamento desta autarquia, principalmente nas suas estratégias e ações voltadas à difusão de informações de sua atuação, objetivando atender a missão de atuar na região Amazônica e as ações da autarquia relativas aos interesses da coletividade no âmbito das políticas e programas relacionados à sua atuação.

19.33. Deste modo, Considera esta Equipe de Planejamento que é dever o Gestor Público promover o apoio as atividades das unidades da administrativa, bem como, assegurar as divulgações de suas ações institucionais no âmbito da Amazônia Legal .

19.4 Assim, os serviços gráficos e reprográficos possibilitam a publicidade e divulgações destas ações a partir da produção dos mais diversos trabalho. Agrega-se, também, o apoio administrativo na reprodução e impressão de materiais internos.

20. Providências a serem Adotadas

20.1 Já existe contratação desta natureza no órgão, não sendo necessária adequação do ambiente organizacional

21. Possíveis Impactos Ambientais

21.1 Deverá ser recomendado ao licitante vencedor, conforme previsão neste instrumento, que a contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, conforme orientações do art. 6º da IN nº01/2010

21.2 em relação ao Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS) a Sudam não possui este instrumento aprovado, contudo esta prestação de serviço está alinhada as prática de sustentabilidade e uso racional de materiais e serviços, bem como, o descarte por parte dos funcionários do setor gráfico.

22. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

22.1. Justificativa da Viabilidade

Considerando o estudo acima disposto, declaramos ser viável a contratação de serviço tratado para Sudam pois atende à demanda existente respeitando os princípios da economicidade e eficiência da administração pública.

23. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

WALDEMAR OLIVEIRA FIGUEIREDO

equipe de contratação



Assinou eletronicamente em 11/11/2024 às 11:40:31.

JULIANO ANTONIO WATRIM DA SILVA

equipe de contratação